

**ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA PLENÁRIA DO COMITÊ DA REGIÃO
HIDROGRÁFICA DA BAÍA DE GUANABARA E DOS SISTEMAS LAGUNARES DE
MARICÁ E JACAREPAGUÁ (CBH-BG).**

No dia quinze de junho de dois mil e vinte e seis, segunda-feira, por videoconferência, reuniram-se os membros do Comitê da Região Hidrográfica da Baía de Guanabara e dos Sistemas Lagunares de Maricá e Jacarepaguá (CBH-BG), conforme Edital de Convocação e Convite datado de 02 de junho de 2026, para dar continuidade às discussões iniciadas na reunião realizada em 01/06/2026. A reunião foi registrada como iniciada às 08:58. A reunião teve os seguintes pontos de pauta: **4) Aprovação do Edital Eleitoral; 5) Proposta de data da oficina participativa de encerramento da Definição de Trechos de Enquadramento; 6) Apresentação inicial sobre as atividades em andamento sobre a elaboração do Plano Estadual de Segurança Hídrica (PESHI-RJ); 7) Apresentação do Relatório do GACG sobre o Contrato de Gestão; 8) Aprovação do Relatório Final de atividades do GT Chorume; 9) Apreciação e deliberação da Nota Técnica sobre o Decreto Estadual nº 47.372/2020 (FMP Maricá), desdobramentos e posicionamento quanto à não observância das competências do CBH-BG; 10) Apoio ao evento de Maricá – custeio para vinda de convidados; 11) Apoio ao ABRHidro; 12) Informar criação do GT Drenagem e monitoramento do Subcomitê Oeste; 13) Situação sobre as outorgas do INEA; 14) Informes.**

Dando início a reunião com o ponto de pauta **4) Aprovação do Edital Eleitoral;** Ralf Rodrigues apresentou a minuta revisada do Edital Eleitoral, informando que o documento incorporava contribuições recebidas na reunião da CTIL e manifestação encaminhada por e-mail por Elielson. Foi apresentado o ajuste relativo à composição das vagas dos plenários dos subcomitês, com substituição da referência específica ao Subcomitê Maricá-Guarapina por redação geral aplicável aos subcomitês, de modo que cada instância possa observar suas peculiaridades territoriais e definir, no fórum eleitoral, a distribuição interna das vagas dentro de cada segmento, desde que mantida



28 a paridade prevista no Regimento Interno. Também foi apresentado o acréscimo de
29 previsão para que eventual reconfiguração das vagas seja registrada em ata do fórum
30 eleitoral e divulgada juntamente com os demais documentos do processo eleitoral, em
31 atenção aos princípios da transparência e da publicidade. Durante o debate, foram
32 discutidos os limites da publicidade dos documentos eleitorais, especialmente quanto
33 aos memoriais descritivos das instituições, atas das comissões eleitorais, relatórios de
34 habilitação e documentos protegidos pela Lei Geral de Proteção de Dados. Ficou
35 registrado que os relatórios das comissões eleitorais e os motivos de eventual
36 inabilitação devem ser publicizados, resguardados dados pessoais e sensíveis, e que
37 os memoriais descritivos poderão ser disponibilizados mediante solicitação formal,
38 observadas as cautelas legais e a atuação da comissão eleitoral. Em seguida, foram
39 apresentados ajustes redacionais e materiais no edital, incluindo a substituição da
40 expressão “documentos públicos ou notoriais” por “documentos públicos ou oficiais”,
41 bem como a inclusão de vedação à participação de duas ou mais entidades, de
42 qualquer segmento, administradas por uma mesma pessoa física e com direito a voto,
43 com o objetivo de evitar concentração de representação e duplicidade de votos. O
44 debate abordou a participação de federações, associações, órgãos públicos,
45 autarquias, secretarias municipais, instituições de ensino e entidades vinculadas, tendo
46 sido esclarecido que a vedação se dirige à concentração de poder decisório em uma
47 mesma pessoa física, e não à participação legítima de instituições distintas que
48 comprovem enquadramento e atuação. Também foi ressaltado que eventual
49 remanejamento de vagas deve ocorrer apenas dentro do respectivo segmento, sem
50 transferência de vagas entre Poder Público, Usuários de Recursos Hídricos e
51 Sociedade Civil. Foi discutida proposta de impedir que uma instituição indicasse o
52 mesmo titular para mais de um comitê de bacia, sendo a matéria convertida em
53 recomendação para que as instituições descentralizem suas representações sempre
54 que possível, sem inclusão de vedação obrigatória no edital. Também foi apresentada
55 sugestão para impedir que entidade integrante da diretoria de outro comitê concorresse



56 à diretoria do CBH-BG, mas a plenária optou por manter a redação existente, sem
57 inserir tal restrição. Na sequência, foram debatidas as exigências documentais para
58 usuários de recursos hídricos, incluindo a necessidade de apresentação de pedido de
59 outorga acompanhado de comprovação de tramitação do processo, quando a atividade
60 exigir outorga, de modo a evitar a utilização de protocolos arquivados, inativos ou sem
61 validade administrativa. Foi aprovada a supressão da referência à Resolução CERHI
62 nº 79/2011, considerada defasada, e discutida a forma de comprovação de usuários
63 não consultivos, associações locais ou setoriais de usuários, pescadores, agricultores
64 familiares, associações comerciais, comunidades tradicionais e demais pessoas
65 jurídicas cuja atuação esteja relacionada ao uso de recursos hídricos. Ficou acolhida a
66 possibilidade de apresentação de certidão de inexigibilidade ou de uso insignificante,
67 quando cabível, bem como a necessidade de comprovação de atuação na sub-bacia
68 hidrográfica correspondente à vaga pleiteada. Em relação ao Poder Público, debateu-
69 se a exigência de dados funcionais dos representantes indicados, inclusive matrícula
70 funcional ou documento equivalente que comprove vínculo com o órgão, sem restrição
71 quanto ao regime jurídico do vínculo, desde que formalmente demonstrado. Também
72 foi debatida a vedação prevista no Regimento Interno quanto à indicação, pelos
73 segmentos de Usuários de Recursos Hídricos e Sociedade Civil, de ocupantes de
74 cargos eletivos, comissionados ou com atribuições executivas, ficando esclarecido que
75 a regra deve ser reproduzida conforme o texto regimental. Por fim, foi aprovada a
76 inclusão de dispositivo estabelecendo que, após a homologação dos resultados finais
77 do processo eleitoral e a posse dos membros eleitos, as comissões eleitorais terão
78 suas atividades encerradas, cabendo à nova coordenação colegiada, com apoio da
79 Secretaria Executiva, analisar eventuais documentações de interessados em ocupar
80 vagas remanescentes. Não havendo manifestações contrárias ao conjunto das
81 alterações consolidadas, a plenária aprovou o Edital Eleitoral e autorizou sua
82 publicação. Após a aprovação, foi reforçado que os subcomitês deverão constituir suas
83 comissões eleitorais até 29/06/2026, com três representantes, um de cada segmento,



e que o período de inscrições ocorrerá de 01/07/2026 a 31/07/2026, por meio de formulário eletrônico, devendo as coordenações formalizar as indicações por e-mail à Secretaria Executiva, com cópia aos coordenadores e comunicação aos respectivos plenários. Seguindo para o ponto de pauta **5) Proposta de data da oficina participativa de encerramento da Definição de Trechos de Enquadramento;** Foi apresentada a proposta de realização da oficina participativa de encerramento da Definição de Trechos de Enquadramento em 10 de novembro, conforme indicação da empresa Profil. A equipe técnica esclareceu que a data proposta se justificava pelo cronograma dos trabalhos, considerando a realização das oficinas de retorno técnico nos subcomitês em agosto e a posterior consolidação dos produtos. Durante o debate, foi ponderado que a realização da oficina apenas em novembro ocorreria após o processo eleitoral e já sob nova composição do plenário, razão pela qual foi sugerida a antecipação da atividade para o final de agosto, de modo que a atual composição, que acompanhou os trabalhos e participou das etapas anteriores, pudesse receber a devolutiva. Também foi registrado entendimento diverso, no sentido de que a oficina poderia ocorrer em novembro sem prejuízo à participação dos atuais membros, uma vez que as atividades do Comitê são abertas e poderiam contar com a presença de integrantes do mandato anterior, mesmo que não fossem reeleitos. Foi ressaltada, ainda, a importância de que as oficinas dos subcomitês sejam realizadas como atividade específica, sem prejuízo da qualidade da participação por acúmulo de outros itens de pauta. Ao final, foram submetidas à votação duas propostas: a primeira, para realização da oficina em 31 de agosto; e a segunda, para manutenção da data de novembro originalmente indicada. A plenária aprovou a primeira proposta, com 11 votos, contra 5 votos da segunda proposta, deliberando pela realização da oficina participativa em 31 de agosto. Ficou encaminhado que a Secretaria Executiva comunicará a empresa Profil sobre a deliberação da plenária e verificará a viabilidade de execução da oficina na data aprovada. Dando continuidade com o ponto de pauta **6) Apresentação inicial sobre as atividades em andamento sobre a elaboração do**



Plano Estadual de Segurança Hídrica (PESHI-RJ); O ponto de pauta não foi apresentado. Foi informado, no início da reunião, que a apresentação inicial sobre as atividades em andamento para elaboração do Plano Estadual de Segurança Hídrica (PESHI-RJ) seria retirada da pauta a pedido do INEA. Também foi esclarecido que a retirada se relacionava à indisponibilidade da equipe técnica responsável, que estava envolvida com o evento RioB, impossibilitando a apresentação na data originalmente prevista. Durante a discussão sobre a retirada de itens de pauta, foi ressaltada a necessidade de observância ao Regimento Interno, especialmente quanto à justificativa formal da retirada e à reinclusão da matéria em reunião subsequente, acompanhada de parecer fundamentado, quando cabível. Não houve apresentação técnica, debate de mérito ou deliberação sobre o conteúdo do PESHI-RJ. Ficou registrado que o item deverá retornar à pauta de reunião subsequente para apreciação pelo colegiado. No ponto de pauta **7) Apresentação do Relatório do GACG sobre o Contrato de Gestão;** Adriana apresentou o Relatório do Grupo de Acompanhamento do Contrato de Gestão, esclarecendo que o documento reunia uma síntese de deliberações já aprovadas anteriormente pela plenária e encaminhadas à comissão responsável pelo acompanhamento do contrato. A apresentação destacou, inicialmente, a necessidade de aprimoramento da transparência ativa das contratações realizadas no âmbito do CBH-BG, com a implementação de instrumento claro e simplificado contendo informações básicas sobre cada contratação, como valor, empresa contratada, datas das etapas, status, georreferenciamento da entrega dos produtos, impactos socioeconômicos e ambientais e relação com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Também foi apresentada crítica à redação da cláusula 6 do contrato de gestão, considerada confusa por permitir interpretação restritiva quanto à participação de membros do plenário em editais de contratação de obras e serviços pelo CBH-BG, tendo sido registrado que a AGEVAP se comprometeu a apresentar minuta de revisão da cláusula, de forma aderente à legislação aplicável. Em seguida, foi tratado o indicador de atendimento aos encaminhamentos requeridos pelo Comitê e por suas



instâncias, com a observação de que sua aferição não deve decorrer exclusivamente de autoavaliação da entidade delegatária, mas de instrumento de acompanhamento capaz de avaliar a qualidade e o prazo de atendimento dos encaminhamentos, e não apenas o percentual bruto de execução. Foi informado que Valéria e Elielson ficaram responsáveis por convocar reunião da diretoria ampliada para aprovação de modelo de planilha de acompanhamento dos encaminhamentos das instâncias. O relatório também abordou a necessidade de fortalecimento da equipe da unidade de apoio ao Comitê, com apresentação, pela AGEVAP, de cronograma de contratação compatível com as demandas atuais do colegiado. Durante o debate, houve manifestação de reconhecimento ao trabalho do grupo e reforço da importância de que as informações sobre o acompanhamento do contrato e dos encaminhamentos sejam compartilhadas com os membros do Comitê e dos subcomitês à medida que avançarem. Não houve deliberação nova de mérito sobre o contrato de gestão neste ponto, pois foi registrado que o relatório consolidava deliberações já aprovadas anteriormente pela plenária. Ficaram mantidos como encaminhamentos a implementação de instrumento de transparência ativa das contratações, a revisão da cláusula 6 do contrato de gestão, a criação de instrumento de aferição dos encaminhamentos pela direção e coordenações das instâncias, a convocação da reunião da diretoria ampliada para aprovação da planilha de acompanhamento e a apresentação, pela AGEVAP, de cronograma de fortalecimento da equipe da unidade de apoio. O ponto de pauta **8) Aprovação do Relatório Final de atividades do GT Chorume**; O ponto de pauta não foi apreciado em seu mérito. No início da reunião, Miguel da Silva propôs a retirada do Relatório Final de atividades do GT Chorume da pauta, vinculando a retirada à realização de uma reunião extraordinária, preferencialmente presencial, para tratar especificamente do tema. A justificativa apresentada foi a necessidade de aguardar a deliberação do CONAMA sobre as Resoluções nº 430 e nº 237, utilizadas como referência para o relatório, uma vez que a matéria havia sido suspensa por pedido de vista. Também foi mencionado que havia solicitação da Águas do Rio para realização de reunião e que a



data inicialmente cogitada não permitiria a participação de diversos integrantes do GT, razão pela qual a retirada buscaria evitar conflitos indevidos e permitir debate mais aberto e adequado. Durante a discussão, foi ressaltada a necessidade de observar o Regimento Interno quanto à retirada de itens de pauta, especialmente no que se refere à apresentação de justificativa formal e à reinclusão da matéria em pauta subsequente acompanhada de parecer fundamentado. Não houve apresentação do relatório, debate técnico de mérito ou deliberação sobre sua aprovação. Ficou deliberada a retirada do ponto de pauta e encaminhada a realização de reunião extraordinária sobre o tema, com definição de data e local pela Secretaria Executiva, além da apresentação de justificativa formal por Miguel da Silva. O ponto de pauta **9) Apreciação e deliberação da Nota Técnica sobre o Decreto Estadual nº 47.372/2020 (FMP Maricá), desdobramentos e posicionamento quanto à não observância das competências do CBH-BG**; Flávia apresentou o ponto referente à Nota Técnica sobre o Decreto Estadual nº 47.372/2020 e à alteração da Faixa Marginal de Proteção do sistema lagunar de Maricá e da Ilha Cardoso, registrando preocupação com a atuação do INEA sem consulta prévia ao CBH-BG e ao respectivo subcomitê. Foi informado que haveria ação civil pública em curso na Justiça Federal, proposta pelo Ministério Público Federal, relacionada ao novo plano de alinhamento de orla e à FMP da região, e que o número da ação seria disponibilizado para acompanhamento. Durante o debate, foi destacado que o Comitê não possui personalidade jurídica para propor diretamente ação judicial, mas poderia acompanhar o processo, solicitar informações ao MPF, atuar como interessado ou amicus curiae, quando juridicamente cabível, e fornecer documentos, provas e subsídios técnicos em apoio à defesa da legislação vigente e das competências do colegiado. Também foi sugerida a elaboração de moção ou manifestação institucional do CBH-BG, tomando como referência documento anteriormente produzido no âmbito do CLIP sobre situação semelhante, a ser adaptado para o caso de Maricá. As manifestações registraram, ainda, a necessidade de distinguir as atribuições do Comitê e da AGEVAP, de solicitar apoio da consultoria



jurídica para levantamento atualizado do processo, de envolver o representante do INEA no Comitê para obtenção de informações internas sobre a defesa da delimitação da FMP e de encaminhar a discussão técnica à CETIG, instância indicada para tratar do tema no âmbito do CBH-BG. Também foi apresentada sugestão para que a reunião técnica envolva o INEA e a SEAS, considerando a interface entre a questão jurídica, a gestão costeira e os instrumentos de proteção ambiental. Houve contribuição no sentido de fortalecer a nota técnica com a indicação das normativas que entram em confronto com o encaminhamento adotado no decreto estadual, bem como a ponderação de que a ausência de lei e plano estadual de gerenciamento costeiro aprovados contribui para a insegurança institucional em torno da matéria. Ao final, a plenária deliberou pela adoção de encaminhamento em bloco, contemplando o envio de ofício e solicitação de reunião ao Ministério Público Federal para obtenção de informações e disponibilização de apoio técnico e documental; a elaboração de moção ou manifestação institucional do CBH-BG sobre a manutenção da legislação aplicável à FMP e a não observância das competências do Comitê; a solicitação de reunião técnica com o INEA e a SEAS, no âmbito da CTIG, para tratar da matéria; o levantamento, por Magno Neves e pela consultoria jurídica da AGEVAP, das informações atualizadas da ação civil pública; e o compartilhamento, por Alexandre Braga, de documento de referência anteriormente elaborado no CLIP para subsidiar a redação da moção. O ponto de pauta **10) Apoio ao evento de Maricá – custeio para vinda de convidados**. Valéria Marques apresentou a solicitação de apoio ao evento em Maricá, informando que a atividade estava prevista para o dia 02 de julho, no Cinema Público Municipal Henfil, antes do período de defesa eleitoral, e que a articulação do espaço havia sido obtida após dificuldades de organização com a Prefeitura. Explicou que a proposta do evento previa a participação de representantes do Bacia Escola, com os quais o Comitê havia estabelecido contato durante o ECOB e o Fórum Brasil das Águas, e que, para viabilizar a programação, seria necessário apoio para a vinda de pelo menos duas pessoas, além da disponibilização de alimentação e



224 de material audiovisual a ser exibido durante a atividade. Também foi informado que,
225 em diálogo prévio com a Presidência, ficou definido que seriam priorizados materiais
226 próprios do Comitê, especialmente conteúdos relacionados à qualidade e à saúde
227 ambiental dos rios da região hidrográfica, evitando o uso de materiais que não
228 tratassem diretamente do território do CBH-BG. Durante o debate, foram discutidas as
229 condições de custeio, incluindo diárias, eventual pernoite, forma de deslocamento dos
230 convidados e possibilidade de reembolso de passagem rodoviária ou deslocamento
231 próprio. A Secretaria Executiva informou que a diária integral seria de R\$ 445,95 e a
232 parcial de R\$ 222,97, estimando o valor máximo de R\$ 2.229,75 para duas pessoas, a
233 depender da confirmação do número de diárias e da logística de transporte. Também
234 foi esclarecido que o apoio estaria amparado pela Resolução nº 107, sendo
235 desnecessária a definição, naquele momento, dos valores finais exatos, desde que
236 respeitado o teto aprovado. Ao final, a plenária aprovou o apoio à vinda dos
237 representantes do Bacia Escola para o evento do Subcomitê Maricá, estabelecendo o
238 valor estimado de R\$ 2.229,75 como teto orçamentário, condicionado à confirmação
239 posterior do trajeto, da forma de deslocamento, da necessidade de pernoite e da
240 quantidade efetiva de diárias. O ponto de pauta **11) Apoio ao ABRHidro**. Adriana
241 apresentou a solicitação de apoio para participação do CBH-BG no evento ABRHidro,
242 previsto para ocorrer de 24 a 28 de agosto, em Niterói, informando que o pedido
243 recebido envolvia a possibilidade de o Comitê contar com estande no evento. Também
244 registrou que havia proposta de participação conjunta do CBH-BG com o CEIVAP, a
245 SEAS e demais comitês de bacia em estande no ENCOB, no Ceará, ao final do ano,
246 razão pela qual seria necessário avaliar conjuntamente os recursos disponíveis para
247 participação institucional em eventos em 2026. A Secretaria Executiva apresentou as
248 informações disponíveis sobre as cotas de apoio do ABRHidro, esclarecendo que a
249 cota padrão, no valor de R\$ 10.000,00, envolveria visibilidade de marca e três
250 inscrições gratuitas; que outra modalidade, também associada à marca ABRHidro e a
251 estande de 9 m², teria valor de R\$ 25.000,00 e cinco inscrições gratuitas; e que a cota



252 de R\$ 50.000,00 corresponderia a estande de 18 m² e dez inscrições gratuitas. Durante
253 o debate, foi ponderado que o Comitê já havia destinado recursos para outros eventos
254 e que eventual apoio ao ABRHidro deveria ser analisado à luz da disponibilidade
255 orçamentária global, especialmente considerando a necessidade de preservar recursos
256 para a participação no ENCOB. Ficou encaminhado que a Secretaria Executiva
257 levantará a disponibilidade orçamentária para participação do Comitê em eventos no
258 exercício de 2026, a fim de subsidiar deliberação posterior sobre eventual apoio ao
259 ABRHidro e demais eventos estratégicos. Continuada a discussão, foi entendido que
260 não deverá ser feito apoio, tendo em vista que o evento se relaciona mais com áreas
261 de engenharia do que os eventos que costumam ser apoiados pelo CBH-BG. O ponto
262 de pauta **12) Informar criação do GT Drenagem e monitoramento do Subcomitê**
263 **Oeste**; O ponto foi tratado como informe de validação da criação do Grupo de Trabalho
264 de Drenagem e Monitoramento do Subcomitê Oeste. Foi registrado que o Subcomitê
265 Oeste havia criado o GT e que, conforme previsto no Regimento Interno, a informação
266 deveria passar pela plenária do Comitê para que o grupo pudesse iniciar formalmente
267 suas atividades. Durante o debate, foi esclarecido que não haveria necessidade de
268 apresentação extensa ou discussão de mérito naquele momento, por se tratar de
269 comunicação relativa à criação do grupo no âmbito do subcomitê. José Paulo Azevedo
270 questionou se o informe realizado em plenária seria suficiente para cumprir o requisito
271 regimental e permitir o funcionamento do GT, sendo confirmado que, uma vez
272 informada a criação ao plenário, o grupo estaria apto a funcionar. Não houve
273 apresentação técnica ou deliberação de conteúdo sobre plano de trabalho, composição
274 ou calendário de atividades do GT nesta reunião. Ficou registrado que o GT de
275 Drenagem e Monitoramento do Subcomitê Oeste está validado e pode iniciar suas
276 atividades. O ponto de pauta **13) Situação sobre as outorgas do INEA**; O ponto de
277 pauta não foi debatido em seu mérito durante a reunião. Ao final dos trabalhos, foi
278 registrado que a discussão sobre a situação das outorgas do INEA, embora prevista na
279 pauta, seria transferida para a próxima reunião, em razão do tempo e da necessidade

de priorização dos encaminhamentos pendentes. Marcos Filgueiras Jorge solicitou que o tema retornasse não como último ponto, mas entre os primeiros itens da pauta seguinte, e ficou definido que a situação sobre as outorgas do INEA será incluída como primeiro ponto da próxima reunião. Não houve apresentação técnica, debate de mérito ou deliberação sobre o conteúdo das outorgas nesta reunião. Ficou encaminhada a inclusão do tema como item prioritário da próxima reunião do colegiado. O ponto de pauta **14) Informes**. Nos informes, Miguel da Silva comunicou que, na última reunião do CONAMA, quatro instituições pediram vista de proposta relacionada à alteração das regras de lançamento de efluentes em corpos hídricos, registrando preocupação com possível flexibilização dos parâmetros aplicáveis e com os impactos que eventual decisão poderia produzir sobre a Baía de Guanabara. Informou, ainda, que há prazo de 45 dias para resposta e que o grupo acompanhará o tema, mantendo o Comitê informado sobre os desdobramentos e buscando socializar a proposta em discussão. Também foi informado que o Observatório da Baciografia realizaria seminário na Fiocruz na sexta-feira subsequente, com divulgação já encaminhada aos grupos de comunicação do Comitê. Não houve apresentação formal, debate de mérito ou deliberação nos informes. Ao final, a Presidência registrou que a Secretaria Executiva encaminharia a relação dos encaminhamentos aprovados e iniciaria a execução das ações solicitadas na reunião. Encerrados os pontos de pauta, a Presidência informou que os encaminhamentos aprovados seriam sistematizados pela Secretaria Executiva para as providências cabíveis. Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada às 13h08.

ENCAMINHAMENTOS:

1. Prorrogar o prazo para apresentação do Relatório Final de Atividades do GT Chorume;



2. Realizar a oficina da Perfil em 31/08, com o objetivo de definir os trechos para enquadramento;

3. Reagendar a apresentação do Inea sobre as atividades em andamento relacionadas à elaboração do Plano Estadual de Segurança Hídrica do Estado do Rio de Janeiro (PESHI-RJ);

4. Encaminhar o edital para publicação;

5. Aprovar o apoio institucional ao evento Bacia Escola de Maricá, conforme solicitação, apresentada por Valéria;

6. Acompanhar o andamento da Ação Civil Pública no 5004232-55.2024.4.02.5102/RJ, em tramitação na 1ª Vara Federal de Niterói, referente ao PAO-FMP Maricá;

7. Realizar reunião da CTIL, CTIG, com convocação do Inea, SEAS e do MPRJ, para discutir os desdobramentos da Ação Civil Pública de Maricá;

8. Não será feito o apoio ao evento da ABRHidro, pois o evento se relaciona mais com áreas de engenharia do que com os tipos de evento apoiados pelo Comitê.

9. Incluir o item 13 como primeiro ponto de pauta da próxima reunião.

Representantes Presentes - Titulares do Poder Público: Conselho Regional de Biologia – CRBio 2ª REGIÃO; Valéria Lima Marques de Sousa; Instituto Estadual do Meio Ambiente – INEA; Raquel Emerick Pereira; Secretaria de Estado de Ambiente e Sustentabilidade - SEAS; Luiz Constantino da Silva Junior; Prefeitura de Belford Roxo - Defesa Civil; Roberto Ricardo da Silva Moura; Companhia Municipal de Limpeza Urbana de Niterói - CLIN; Vinicius Moço de Lima; Prefeitura de Cachoeiras de Macacu – SEMA; João Alberto Antunes Ribeiro; Prefeitura de São Gonçalo – SEMMA; Mariana



329 Motta de Freitas; Prefeitura de Tanguá; Elielson Teixeira da Silva; Prefeitura Municipal
330 de Guapimirim; Wander de Souza Dias Guerra; Prefeitura Municipal de Itaboraí; Maiara
331 José Araújo dos Santos; Fundação Rio Águas (Rio de Janeiro); Patrícia Ney de
332 Montezuma; Prefeitura de Duque de Caxias; Frederico Nana de Castro; Prefeitura de
333 Nova Iguaçu; Frederico Ayres Pinheiro; **Titulares dos Usuários de Recursos**
334 **Hídricos:** Águas do Rio 4; Aline Félix Ferreira; Águas do Rio 1; Caroline Lopes Santos;
335 late Clube do Rio de Janeiro; Maria Carolina Leitão Marinho; Associação Homens do
336 Mar da Baía de Guanabara - AHOMAR; Alexandre Anderson de Souza; Sindicato dos
337 Pescadores Profissionais, Pescadores Artesanais do Estado do Rio de Janeiro:
338 SINDPESCA-RJ; Daize Menezes de Souza; Associação de Caranguejeiros e Amigos
339 dos Mangues de Magé - ACAMM; Rafael Santos Pereira; Colônia de Pescadores Z11;
340 Alvaro Coelho Revelo; Associação de Windsurf de Niterói – AWN; Gustavo Mello de
341 Souza Sardenberg; **Titulares da Sociedade Civil:** Associação de Preservação
342 Ambiental da Lagoa de Maricá – APALMA; Flávia Lanari Coelho; Conselho Comunitário
343 da Região Oceânica de Niterói - CCRON; Alexandre Carlos Braga; Sindicato dos
344 Engenheiros no Estado do Rio de Janeiro - SENGE-RJ; Jorge Antônio da Silva; Instituto
345 Brasileiro de Direito Ambiental - IBDA; Magno Neves Barbosa; Trama Ecológica;
346 Jacqueline Guerreiro Aguiar; Ecocidade; José Miguel da Silva; Associação de Amigos
347 do Museu Histórico da Cidade - AMHCA; Adriana de Lima Bocaiuva. **Representantes**
348 **Ausentes - Titulares do Poder Público:** Instituto Chico Mendes de Conservação da
349 Biodiversidade - NGI Guanabara; Mauricio Barbosa Muniz; Fundação Oswaldo Cruz –
350 Fiocruz Mata Atlântica; Aliciane de Souza Peixoto; Secretaria de Estado de
351 Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços – SEIDECs; André Luiz
352 Medeiros de Souza; Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural – EMATER;
353 Patricia de Almeida Giannini; Prefeitura de Magé – SMMA; Maria Aparecida de Souza
354 de Resende; Prefeitura de Rio Bonito; Murilo Balbino Valgueiro; Prefeitura de
355 Petrópolis; Albano Batista Filho; Prefeitura de Mesquita; Humberto Garcia; Prefeitura
356 de Nilópolis; Marcos Antônio Souza Junior; Prefeitura São João do Meriti; Flávio Costa

357 Fernandes; **Titulares dos Usuários de Recursos Hídricos:** Companhia Estadual de
358 Águas e Esgotos – CEDAES; Sheila Barbosa Martins; Águas de Niterói S.A.; Halphy
359 Cunha Rodrigues; Companhia de Saneamento de Maricá – Sanemar; Anderson
360 Ferreira; União dos Pescadores e Maricultores de São Gonçalo - UNIPESCA/SGE;
361 liude Castro da Silva; Associação de Pescadores Livres de Tubiacanga - APELT; Delcio
362 de Almeida Fonseca; Associação de Pescadores da Praia das Pedrinhas -
363 APESCAPEDR; Carlos Luiz Espíndola da Veiga; Associação Livre dos Pescadores
364 Artesanais de Guia de Pacobaíba - ALPAGP; Michel Theophilo; Marina Barra Club;
365 Liliane Iusten Prohmann; Colonia de Pescadores Z13; José Manoel Pereira Rebouças;
366 Associação Carioca de Turismo de Aventura - ACTA; Fabio José Ribeiro do
367 Nascimento; **Titulares da Sociedade Civil:** Movimento Democrático Afrodescendente
368 pela Igualdade e Equidade Racial - MOVIDADE; Jacineide Lemos Soares; Faculdades
369 Católicas; Renato da Silva Carreira; Instituto Interamericano de Fomento à Educação,
370 Cultura e Ciência - IFEC; Martha Christina Lopes Pinho dos Anjos; Rede de
371 Empreendimentos Sociais para o Desenvolvimento Sustentável – REDECCAP - Rejany
372 Ferreira dos Santos; Defensores do Planeta; Mauro André Dos Santos Pereira;
373 Federação das Associações de Moradores do Município do Rio de Janeiro - FAM Rio;
374 Sergio Monteiro de Lima; Centro Ecumênico de Formação e Educação Comunitária –
375 PROFEC; José Carlos Dionizio; Instituto de Desenvolvimento Socioambiental e
376 Humano – OngBR; Jayme de Oliveira Filho; Fórum Nacional da Sociedade Civil na
377 Gestão de Bacias Hidrográficas – FONASC; Uiara Martins; Associação dos Protetores
378 do Mar; Andresse Maria Gnoatto; Instituto de Inclusão Cultural e Tecnológica -
379 Tecnoarte; Francisco Pontes de Miranda Ferreira; Instituto e Ação Socioambiental;
380 Lorena de Abreu Asevedo; Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da
381 Fonseca – CEFET; André Leone Rigueti; Câmara Comunitária da Barra da Tijuca -
382 CCBT; Eduardo Figueira; Ecomar apendi; Vera Maria de Rossi Chevalier; Associação
383 de Moradores e Amigos da Freguesia – AMAF - Débora Aranha; Rotary Club do Rio de
384 Janeiro - Sandra Albuquerque. **Convidados:** UFRJ - José Paulo Azevedo; P.M. Meio



385 Ambiente e Defesa Civil de Rio Bonito - Gustavo Machado; GERAGUA/INEA -Adriana
386 Pizão; UERJ - Júlia Vitória Paiva; Marcelo Abaira Crespi; Prefeitura de Niterói - Thiago
387 Leal; Jessica Maia; Danielle Castôr; **Secretaria Executiva (Agevap)**: Carolina Martins,
388 Henristoni de Souza Pinheiro; Marcos Filgueiras Jorge; Lidiane Cunha; Paula Lomanto.

389 **Rejany Ferreira dos Santos**
390 **Diretora Presidente do CBH-BG**

